



Resumo das Deliberações

Reunião de Estudos da Auditoria Cidadã da Dívida

Realizada dia 26 de julho de 2016

Auditório do Edifício OAB - SAUS, Quadra 5, Bloco N, Brasília - DF

A reunião contou com a participação de 60 (sessenta) pessoas, o que foi considerado um grande sucesso, tendo em vista o período de férias e a proximidade da convocação:

Maria Lucia Fattorelli (ACD); Ana Laura Amaral (ACD); Diógenes Bahia (ACD); Sabrina Rodrigues (ACD); Ademar Duarte Fraga (PUC – GO); Adriano Fonseca Seabra (FNDE/MEC); Alessandra Minadakis (ANAFE); Alexandre Santos (INTERSINDICAL); Alexandra Gabron Neunann (APRASC); Ana Lucia da Silva (CCEC); André Correa Teles (OAB/DF); Antônio Silvano Almeida (ANFIP); Benedito Magalhães (SINDCEFET – MG); Bianca Novaes (ADUFF.Ssind); Bruno Fernandes (SEDF); Bruno Tito Pereira (Núcleo BA); Carlos Augusto Aguilar (ADUFF.Ssind); Clério Lucas Guaitolini (SINASEFE); Danielle Catanhede (CSPB); Darci Rodrigues Almeida (SINASEMPU); Elcimara Souza (CSP – Conlutas); Elizabeth Barbosa (ADUFF. Ssind); Eugênia Lacerda (Núcleo DF); Everton Rosa (UFG); Flavio Damiani (APRASC); Frei Olavio Dotto (CNBB/ Pastoraes Sociais); Gisella Colares (ASSIBGE – DF); Gustavo Vieira (SINTAJ – BA); Iolanda Maria Aguiar (UFPE); Jomar Mendes Gaspary (FENAFISCO/ FENAFIM); José Francisco Oliveira (SINPRO/ FENAI); Josevaldo Cunha (ANDES-SN); Jovita José Rosa (CJP - IFC – UNASUS); Junior Alves (SINDJUS – DF); Laurizete Gusmão (FENASPS); Lemuel Rodrigues da Silva (ADUERN/ SS-ANDES); Luiz Adalberto da Silva (COBAP); Luiz Fernando Viegas (ASSIBGE – DF); Luiz Henrique Faria (SINASEFE – ES); Marcia Lemos (ADUSB - S.S. ANDES); Maria Cristina de Araújo (CORECON – DF); Maria Janeide da Costa Silva (Fundação ANFIP); Marly Bertolino (CSPB); Mychelle Monteiro (ASFOC – SN); Patrick Kennedy Rabelo (DCE/ UFG); Paulo Lino Gonçalves (SINAL); Pedro Mesipor (FENASPS); Raphael Rodrigues (DCE UFG/ JCA); Regina Lacerda (Prefeitura SCN) Renato Marins de Araújo (SINASEMPU); Paulo Ricardo (APRASC); Rodrigo Costa; Sérgio Lima Gonçalves (SEDF); Sueli Mendes Santos (COBAP); Tiago Camarinha Lopes (UFG); Trícia Zapula Rodrigues (ANDES-SN); Vicente Fialkoski (Inativo BC); Victor José Hohl (CORECON – DF); William Perroni (SERPRO); Wilson Maziero (SEDESTMITH).

Após a apresentação dos presentes, a coordenadora nacional da ACD, Maria Lucia Fattorelli, iniciou a pauta da reunião, tratando primeiramente da participação das entidades na “Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida com Participação Popular” tendo em vista a proximidade da data do lançamento da Frente: Dia 9 de agosto de 2016, às 16 horas, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

1. Participação das Entidades na “Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida com Participação Popular”

As entidades parceiras da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) poderão participar oficialmente da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida com Participação Popular.

Para isso, deverão preparar uma carta formal (contendo logomarca, endereço e assinatura do responsável), informando que desejam fazer parte, conforme modelo anexo.

Solicitamos o envio das cartas para o endereço eletrônico auditoriacidada@gmail.com pois iremos apresentar o conjunto de cartas no dia do lançamento da Frente: Dia 9 de agosto de 2016, às 16 horas, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

Maria Lucia explicou que se trata de participação efetiva, tendo em vista que da Ficha de Adesão à Frente assinada pelos parlamentares constou textualmente que a mesma seria com participação popular. Adicionalmente, as entidades poderão participar dos diversos grupos de estudos que irão ajudar a pautar os trabalhos da Frente.



2. Análise de Conjuntura com foco nos diversos projetos em andamento no Congresso Nacional que têm a dívida pública como justificativa para o corte de direitos sociais (PLP 257/2016, PEC 241/2016, PEC 143/2015, PEC 31/2016 entre outros) e novos esquemas que geram dívida pública sem contrapartida (por meio de criação de S/A não dependente que emite debentures com garantia do ente público).

A coordenadora nacional da ACD, Maria Lucia Fattorelli, fez a apresentação das telas que se encontram em anexo.

Os presentes concordaram acerca da necessidade de popularização do conhecimento sobre a ilegitimidade do Sistema da Dívida, a fim de reforçar a luta contra os diversos projetos em andamento que utilizam a dívida como justificativa para o corte de direitos sociais (PLP 257/2016, PEC 241/2016, PEC 143/2015, PEC 31/2016 entre outros).

Além disso, devemos denunciar os novos esquemas que geram dívida pública, repudiando o PLS 204/2016, que visa “legalizar” esses esquemas que já estão sendo implementados em diversos estados e municípios, especialmente porque a PEC 241/2016 reserva recursos para tais “empresas não dependentes” ao mesmo tempo em que congela os direitos sociais por 20 (vinte) anos.

Adicionalmente, concordaram sobre a necessidade de reforçar a exigência de realização da auditoria da dívida mediante a participação na Frente Parlamentar Mista.

O material da apresentação (anexo) pode ser utilizado para reprodução, sem restrição ou direito autoral, solicitando-se apenas citar a Auditoria Cidadã da Dívida.

3. Alocação de integrantes nos 9 Grupos de Estudos formados em apoio aos trabalhos da Frente Parlamentar

Os presentes à reunião se colocaram dispostos a participar dos diversos grupos formados para apoiar os trabalhos da Frente Parlamentar. A coordenação geral ficará a cargo de Maria Lucia e cada grupo terá um coordenador, a fim de organizar melhor os respectivos trabalhos.

COORDENAÇÃO GERAL: Maria Lucia Fattorelli		
GRUPO	TEMA	COORDENAÇÃO GRUPO
01	Centralidade da Dívida Pública	Victor José Hohl
02	Juros	Gisella Colares
03	Mecanismos que geram dívida sem contrapartida	Junior Alves
04	Novo esquema de geração de dívida por meio de SPE que emite debentures	Adriano Fonseca Seabra
05	Dívida Externa	A definir
06	Dívida Interna	Maria Cristina de Araújo
07	Dívida dos Estados – Interna e Externa	Eugénia Lacerda
08	Dívida Ecológica	A definir
09	Impactos Sociais e Econômicos	Jovita José Rosa

Encaminhamentos relacionados aos grupos de estudos:

- Maria Lucia esclareceu que irá preparar um material inicial para cada grupo, com base no acervo da CPI da Dívida Pública e demais estudos da Auditoria Cidadã no Brasil, Equador e Grécia.
- A participação nos respectivos grupos é aberta a novos integrantes;
- Criar grupos de Whatsapp para cada grupo;
- Criar documentos que irão ser utilizados pelos grupos de estudos como, por exemplo, requerimento de informações;



- Elaborar proposta de questionamentos a serem feitos aos parlamentares, com perguntas claras e objetivas;
- Os Núcleos nos Estados deverão replicar o mesmo formato e temas dos grupos de estudos da Frente. Ainda que não tenham pessoas suficientes para contribuir com todos os grupos, deverão buscar contribuir com o que for possível.

Encaminhamentos para a mobilização e lançamento da Frente:

- Comissão de Mobilização (Tito, Eugênia, Wilson, Laura, Júnior, Cristiana CORECON, Andes, Eucimara, SINASEFE Nacional, Mariana ACD Nacional)
- Criar evento no Facebook;
- Criar grupos no Whatsapp;
- Postar materiais no Twitter;
- Enviar Carta Convite para o MP e respectivas Câmaras, OAB, CNBB e demais entidades parceiras para o lançamento da “Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida com participação Popular”;
- Reenviar Carta Convite aos Parlamentares;
- Enviar Carta Convite para todos os Conselhos e, inclusive, o para o “Conselhão”;
- Solicitar às entidades nacionais (sindicatos, associações, confederações, federações, etc.) para fazer contato com suas respectivas representações estaduais para se mobilizarem para a Frente Parlamentar e convidar outras entidades locais (estaduais ou municipais) para também fazer parte.
- Solicitar aos Núcleos da ACD para que:
 - Procurem fazer contato com os Parlamentares Federais nas bases
 - Contatar também os Parlamentares Estaduais e Municipais;
 - Convidem as entidades estaduais para o lançamento da Frente e enviem a carta-modelo para que também façam parte da Frente.
- Contatar a OAB Federal para verificar a possibilidade de criar comissão para acompanhar a Frente Parlamentar;
- Solicitar às entidades para divulgar nos respectivos sites o lançamento e a participação na Frente Parlamentar;
- Solicitar às entidades nacionais que desejarem um momento de fala (3 minutos) no dia do lançamento que encaminhe o nome do representante. Destacar que este momento de fala está sujeito a disponibilidade de tempo a ser concedido à ACD. Essa fala deve abordar as razões de a entidade participar da Frente;
- Relativamente ao dia do lançamento:
 - Verificar com a Polícia Legislativa protocolos a serem seguidos no Salão Nobre da Câmara, inclusive traje;
 - Confeccionar placas com as frases já aprovadas pelo grupo no dia da reunião;
 - Solicitar para as entidades levar banners sem bastão.

Outras sugestões serão muito bem-vindas.

Agradecemos a presença e a colaboração de todas as pessoas que constroem a Auditoria Cidadã da Dívida e contamos com o empenho de todas as entidades para que essa Frente Parlamentar possa contribuir para barrar os diversos projetos que utilizam a dívida pública como justificativa para a retirada de direitos e o desmonte do Estado.

Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida